



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0015396-17.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Inquérito Policial - Uso de documento falso**  
 Documento de Origem: **IP - 180/2013 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **JOSE ADELSON LEANDRO DA SILVA**

Aos 16 de setembro de 2014, às 14:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu JOSE ADELSON LEANDRO DA SILVA, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foram ouvidas duas testemunhas de acusação e interrogado o réu. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:**“MM. Juiz: José Adelson Leandro da Silva, qualificado as fls.28/29, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 304, c.c. art.297, ambos do Código Penal, porque no mês de junho de 2013, em dia indeterminado, no estabelecimento denominado “*Paris Motos*”, nesta cidade e Comarca, fez uso de documento público falso. Consta que o réu na data dos fatos dirigiu-se a garagem de venda de veículos “*Paris Motos*”, e na intenção de comprar um veículo, apresentou uma CNH falsificada, a fim de conseguir um financiamento. Contudo, o financiamento foi recusado pelo banco Bradesco, pois nenhum dado da CNH constava do Sistema. A ação é procedente. A materialidade está comprovada pelo laudo pericial de fls.22, estando a CNH apreendida a fls.23. Ouvido em Juízo o réu acabou confirmando ter comprado a CNH de um rapaz conhecido apenas por “Júnior”, não sabendo precisar outros dados para sua localização. Chegou a admitir que sabia que para tirar CNH era preciso fazer testes. Na polícia apresentou a mesma versão (fls.28/29). O réu chegou a apresentar a cópia da CNH inclusive no banco, visando um financiamento de moto. Posteriormente a original foi apreendida e constatou-se a falsidade. As duas testemunhas ouvidas confirmaram os fatos da inicial, dizendo que o réu sabia que a CNH era falsa. O dolo do réu ficou evidente. Ante o exposto, aguardo a procedência da presente ação, considerando-se que o réu é primário (fls.39/40). **Dada a palavra à DEFESA:**“MM. Juiz: Preliminarmente, a defesa requer em homenagem a verdade real, a conversão do julgamento em diligência, intimando-se o gerente da loja onde o negócio era entabulado e a



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

financeira que identificou o falso, a fim de que apresentem pré-contrato ou qualquer outro documento que demonstre a proposta de compra e venda, a fim de identificar se ocorreu o crime de falsidade ideológica, com absorção do crime meio de uso de documento falso, pois esta desclassificação é de interesse da defesa na medida que autoriza a suspensão condicional do processo. O início defesa entende que a conduta é atípica. O réu não fez uso de documento falso, mas de uma fotocópia de documento falsificado. Por uma questão de legalidade estrita, não se pode equiparar por analogia o uso de papel público falsificado com o uso da fotocópia do papel público falsificado. Existe um vazio de tipificação que deve conduzir à absolvição por atipicidade. Em segundo lugar, o réu pode ser igualmente absolvido pela ocorrência manifesta de crime impossível. A fotocópia remetida ao banco tinha numero de CNH inexistente. Fato quem impediu a continuidade do negócio. O documento com número inexistente revela-se nesse contexto absolutamente ineficaz para enganar. Ademais, quando o banco percebeu a falsidade entrou em contato com a polícia que chamou o réu para apresentar o documento. Ali, de plano, como demonstra o depoimento de Juliana, a falsidade grosseira foi identificada pelo tipo de letra usada na impressão. A percepção *ictu oculi*, caracteriza a falsificação grosseira e autoriza o reconhecimento do crime impossível. Subsidiariamente, a defesa entende que deve ocorrer desclassificação para o artigo 304 com a pena cominada ao artigo 298, e não com a pena do artigo 297 do CP; isso porque o documento apresentado foi uma fotocópia, que deve se reputada como documento particular. Sendo a pena mínima, neste caso, de um ano, requer-se a suspensão condicional do processo. Sabe-se, outrossim, pelas máximas de experiência, que o negócio entabulado pelas partes exige a confecção de um contrato onde os dados do documento falso foram inseridos ou feitos inserir, com o fim de criar obrigação. Embora não se tenha nos autos esse pré-contrato o fato é que tendo feito inserir no pré-contrato o número falso da CNH, o réu teria incorrido no crime de falsidade ideológica com a pena de 01 a 03 anos e multa, por se tratar de documento particular. Aqui também revela-se cabível a suspensão condicional do processo. O reconhecimento desse pedido decorre do princípio da verdade real que orienta o processo penal. Se, todavia, o réu for condenado na forma proposta pela acusação, requer-se a aplicação de pena mínima, com reconhecimento da confissão, pena alternativa e benefícios legais.

**Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. José Adelson Leandro da Silva, qualificado as fls.28/29, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 304, c.c. art.297, ambos do Código Penal, porque no mês de junho de 2013, em dia indeterminado, no estabelecimento denominado "*Paris Motos*", nesta cidade e Comarca, fez uso de documento público falso. Consta que o réu na data dos fatos dirigiu-se a garagem de venda de veículos "*Paris Motos*", e na intenção de comprar um veículo, apresentou uma CNH falsificada, a fim de conseguir um financiamento. Contudo, o financiamento foi recusado, pois nenhum dado da CNH constava do Sistema. Recebida a denúncia (fls.37), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.48). Nesta audiência foram ouvidas duas testemunhas comuns e interrogado o réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação. A defesa pediu a conversão do julgamento em diligencia para intimar o proprietário do estabelecimento comercial a juntar documentos relativos ao negócio. No mérito,



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

pediu a absolvição, sustentando a atipicidade da conduta, e a desclassificação para o crime de falsidade ideológica, como proposta de suspensão condicional do processo. Também sustentou a existência do crime impossível. **É o Relatório. Decido.** O réu confessa que adquiriu CNH sabendo que era falsa. A prova oral reforça o teor da confissão e o laudo de fls.22 confirma a falsidade. Segundo a denúncia, o réu valeu-se de tal documento para tentar comprar uma motocicleta. O financiamento foi recusado, porque os dados da CNH não foram encontrados no sistema informatizado. O próprio réu diz ter entregue uma cópia da carteira falsa na empresa vendedora da moto. Assim, se não usou documento original para apresentar à vendedora, usou para tirar cópia e apresentar a cópia, apta a surtir o mesmo efeito da original. De uma ou de outra forma, usou o documento, efetivamente. E de fato possuía o documento com ciência da falsidade. Ainda que a cópia tenha sido empregada na substituição do original, a simples entrega desse documento copiado, para fins de realizar um negócio, configura o delito do artigo 304 do CP. A CNH é documento público. A extração de cópia ou o uso do original, para celebração de contrato, configura o uso de documento público falso, com a pena do artigo 297 do CP (e não a pena do artigo 298, que se refere a documento particular). Não havia crime impossível. Documento foi aceito inicialmente e só no momento de conferência de dados é que surgiu dúvida. A dúvida foi levada até a funcionária Juliana da Ciretran. Isto significa que havia intenção de celebrar o negócio, mas a dificuldade no encontro de dados estava impedindo o andamento do contrato. Mesmo assim, tentou-se de todas as formas acertar a questão e só não se conseguiu porque a funcionária Juliana informou que a CNH era falsa. Até então, as empresas envolvidas não tinham certeza da falsidade e por isso não se pode dizer que a falsificação fosse grosseira. Aos olhos dos primeiros interessados, os vendedores e financiadores da moto, a falsidade não se apresentou com visibilidade aparente. Para que houvesse crime impossível era necessário existir absoluta ineficácia do meio empregado ou absoluta impropriedade do objeto, mas este não é o caso. O documento era, em princípio, apto a enganar. Só não foi assim por causa da fiscalização de dados nele inseridos. Nessas condições, também não é necessária a conversão do julgamento em diligência. Não há necessidade de outras provas. O que já existe é suficiente para a condenação. A pena no caso concreto não permite a suspensão condicional do processo. O réu é primário e de bons antecedentes. Beneficia-se com a atenuante da confissão. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** José Adelson Leandro da Silva como incurso no artigo 304, c.c. art. 297, e art.65, III, "d", do C.P. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, fixo-lhe a pena no mínimo legal de 02 (dois) anos de reclusão e 10(dez) dias-multa, calculados cada um no mínimo legal, já considerada a atenuante da confissão, que não pode trazer abaixo do mínimo. A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime **aberto**, nos termos do artigo 33, e parágrafos, do CP, considerado proporcional, necessário e suficiente para a prevenção e reprovação da conduta. Presentes os requisitos legais, **substituo** a pena privativa de liberdade por: **a) uma de prestação pecuniária, no valor de 01(um) salário mínimo**, em favor de entidade com destinação social a ser oportunamente indicada, e **b) uma de multa**, ora fixada em 10(dez) dias-multa,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

no mínimo legal. O réu poderá apelar em liberdade. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré(u):